

# A CIÊNCIA JURÍDICA E O PROJETO GENOMA

*Lister Porto Amaral Franco*

Professor de Introdução do Estudo do Direito na Faculdade de Direito de Bauru - ITE

Mestrando em Direito na ITE - Bauru

## 1. PREÂMBULO

Como aprender, compreender, a ciência jurídica ? Mais grave ainda, como ensinar a ciência jurídica, numa época em que estamos saltando do velho Direito Romano que, de maneira vetusta, tudo ensinava, para o Projeto Genoma? O problema é grande quando consideramos uma ciência multimilenar, de caráter social, extremamente "mutante" cuja essência tem por base o homem e sua sociedade. Assim, a temática ciência social jurídica é densa, profunda, custando ao aluno, estudante, ou preocupado com o mundo jurídico horas de análise e extrema reflexão, cujo resultado será gratificante no sentido de conhecimento da realidade humana, do ponto de vista sócio-jurídico. É necessário que o estudioso preocupe-se, antes de adentrar no mundo jurídico propriamente, com outros valores humanos, sociais, lógicos e principalmente morais e de Justiça. Há também um fator complicador, quando pensamos em termos de realidade humana, que é a profunda transformação que a sociedade experimenta nos últimos séculos, talvez no último - a introdução da máquina a vapor, naquela época foi um exemplo de transformação; agora, no presente, temos a Informática, irreversível, que dia a dia transforma o mundo humano (Sem dúvida, o computador dominou o mundo dos humanos). Tudo isso, somado, deve ser acrescentado ao universo do Direito, resultando numa temática palpitante, moderna e, acima de tudo, NECESSÁRIA. Esta é a área que vamos, passo a passo, adentrar

e dentro das possibilidades da área de Introdução, esmiuçar. Entender o mundo jurídico, interpretá-lo é semelhante à observação que pode ser feita em imagens em terceira dimensão, onde, com cuidado, precisão e técnica, habituamos a vista a procurar e localizar no âmago do desenho uma outra imagem - nítida; para o jurista, o raciocínio é semelhante, pois irá olhar uma situação social e, com base no Direito, ver uma imagem - que se sobressai - da Justiça e de humanidade. Sobressai, também, o fato de que a base da compreensão do mundo jurídico vem da Exegese ou Hermenêutica, que deve ser processada da forma mais lógica e racional possível, já que o mundo contemporâneo tem na lei escrita verdadeiro alicerce; na verdade, tudo aquilo que nos cerca deve ser interpretado, nos padrões de percepção humana; à evidência, as ciências constituem fruto de exegese, e também na área religiosa podemos citar o exemplo máximo que deve ser feito em relação à interpretação da Bíblia, como Sagrada Escritura. Na essência bíblica, temos que buscar espírito contido nos escritos dos hagiógrafos. Dizem algumas introduções às edições bíblicas que "a Sagrada Escritura deve ser lida e interpretada com o mesmo Espírito em que foi escrita", e isto tem muita semelhança com a textura jurídica que iniciamos no momento.

## 2. ESTUDO DO DIREITO

O mundo jurídico tradicionalmente antigo e costumeiro, vem sendo passado de geração para geração, através da palavra, primeiramente oral e depois escrita. Assim, antes os homens transmitiam os costumes, solidificando-os geração por geração; depois vem a palavra escrita, as legislações em textos, os códigos mais complexos, a densa jurisprudência, e os ritos processuais que abandonaram a celeridade, diante de fórmulas escritas, em modelos padronizados pelos cânones legais. Assim, o estudioso deverá ter conhecimentos até da História da Humanidade e do mundo jurídico, distanciando-se muito dos antigos e pragmáticos rábulas (vocábulo sem sentido pejorativo, mas indicando o antigo "prático"). Todo o conhecimento será transmitido através de aulas didáticas e expositivas, trabalhos em sala de aula, verificações escritas e objetivas e análises de textos, e de obras doutrinárias<sup>1</sup>. O estudioso-aluno também deverá participar ativamente formulando perguntas. Deverá cercar-se de livros jurídicos e dicionários (português, vocabulário jurídico, citações latinas etc.), e ter grande interesse pelo "novo mundo". Presentemente, o estudioso do mundo jurídico pode contar com um auxílio extremamente vigoroso, através da informática, podendo usar rápidos computadores, modernas impressoras, os mais variados programas jurídicos, de português, de banco de dados, de comunicações etc. Ainda poderá vasculhar BBS jurídicas, a Internet, e enviar arquivos, dados, pare-

---

<sup>1</sup>Dentre elas Lições Preliminares de Direito, Miguel Reale, Saraiva, 21ª edição, revista e atualizada, 1994; Maria Helena Diniz, Compêndio de Introdução à Ciência do Direito, Saraiva, 1988; André Franco Montoro, Introdução à Ciência do Direito, RT, 20ª edição, 1991.

ceres etc. através de uma poderosa ferramenta chamada *e-mail*, ou correio eletrônico, podendo alcançar o mundo. Mais ainda, poderá consultar bibliotecas de outros países, tribunais, cortes supremas, e serviços de legislação constitucional, civil, criminal, trabalhista, previdenciária etc, tudo via Internet. Também, poderá usar, dentro do Brasil, o excelente serviço prestado pela Telesp, denominado Vídeo-Texto, onde acessará Tribunais, Polícia Civil - Detran, Bancos, Telefonia e uma infinidade de serviços, muito bons, adicionais. Assim, o estudo do direito, no presente, modernizou-se. Segundo obra especializada, podemos ver o nível de utilização de um computador no mundo jurídico<sup>2</sup>. Por exemplo, numa excepcional inovação, a prestigiada Editora Saraiva coloca sua *home-page* à disposição de estudantes e profissionais do direito para informar alterações ocorridas na legislação contida em seus Códigos. Todo mês, após fevereiro/97, os usuários dos Códigos Saraiva, edição 1997, terão novas informações com acesso gratuito a esse serviço (tudo via Internet, havendo necessidade de utilizar um Provedor de acesso, que é pago pelo usuário). **É a atualização na ponta de seus dedos**<sup>3</sup>. O endereço na Internet da Editora Saraiva é <http://www.saraiva.com.br> e pode ser consultado a qualquer hora - dia e noite. Sem dúvida, uma maravilha que o Direito jamais conheceu antes. Da mesma forma a Editora RT, tradicionalmente conhecida em nosso país, apresentou seu *site* na Internet, que é <http://www.rt.com.br> - e oferecendo inúmeros atrativos para o jurista contemporâneo, bem como o estudante do Direito, sendo de se destacar a Jurisprudência oferecida por pesquisa por palavras, artigos, matérias, assuntos etc.

### 3. MÉTODO E A CIÊNCIA JURÍDICA

O jurista deve adentrar o mundo do Direito partindo de bases sólidas, verificadas com precisão ao longo dos séculos, diferente do conhecimento adquirido pelo leigo. A ciência jurídica construiu-se ao longo da história humana, como já foi explicado, pela necessidade; foi elaborada com um ônus extremamente grave, pois no passado o Direito, através de seus padrões e regras, foi grotesco, brutal e selvagem. Tudo isto foi conduzido ao raciocínio do cientista do Direito que a partir da vivência e profunda pragmática elaborou uma visão lógico-jurídica. Aliás, isto não é privilégio só do mundo jurídico - é difícil falar em ciência sem método, da mesma forma que não podemos eliminar a aproximação da filosofia com a ciência; é necessário, absolutamente, falar em metodologia do ensino jurídico. Mas, e agora que estamos diante de uma ciência biogenética ? Chegamos, sem dúvida, a uma etapa na qual a biologia humana passa a ser tida por ciência exata – como ficará posicionado o Direito nessa nova ordem de conhecimento ?

<sup>2</sup>Introdução ao Microcomputador, Hugo Nigro Mazzilli, RT, 2a edição revista e aumentada. Porém, existem obras com dados muito atuais, que também dão uma visão do que se pode fazer com o computador e seus periféricos no mundo do direito.

<sup>3</sup>Boletim Editora Saraiva - propaganda gratuita, fevereiro/97, <http://www.saraiva.com.br>

#### 4. METODOLOGIA DO ESTUDO JURÍDICO

Segundo Hans Kelsen, a ciência jurídica somente pode ser compreendida como uma ciência dentro do aspecto de ciência causal e ciência normativa. Assim, a natureza é uma dada ordem das coisas ou um sistema de elementos que estão ligados uns com os outros como causa e efeito, e a isso se dá o nome de princípio da causalidade – nestes termos, passamos ao pensamento de que uma ciência social que descreve seu objeto de modo diferente ao da ciência natural. Não obstante, a ciência jurídica pode ser também concebida com os mesmos elementos da natureza, em alguns aspectos, mormente agora em que a Ciência decifra o código genético e abre uma nova era para a Medicina.

#### 5. UNIDADE DO DIREITO

A ciência jurídica conhecida de longa data apresenta uma interessante e inédita característica, pois os homens utilizavam as regras do Direito sem admiti-las, porém, como ciência; tudo não passava de um conjunto de regras costumeiras aplicadas diuturnamente, sem maiores critérios. Com o avanço e progresso humano o mundo jurídico passa a ser notado e transforma-se em objeto de estudo dos estudiosos - os doutos. Agora a ciência jurídica é motivo do seguinte questionamento: o que seria o mundo jurídico? Onde estaria inserida a área jurídica? Os doutos, como verdadeiros cientistas, dedicam-se profundamente à apresentação de respostas aos problemas; na verdade, a resposta a isto transcende o universo jurídico, como ciência, ingressando na Filosofia do Direito. Certo é, porém, que apresentaram hipóteses e respostas hoje consideradas absurdas. Von Kirchmann, no século passado, negou o caráter científico do Direito, juntamente com outros estudiosos que comunavam da mesma tese. Para alguns, o Direito não seria uma ciência por si só, mas uma área relevante dentro da Moral; para outros, estaria vinculado ao campo da Economia; outros ainda viam no Direito vínculos que o colocavam dependente da Sociologia. Numerosas teses foram levantadas, perduraram por séculos e apenas nos últimos cento e cinquenta anos é que sucumbiram frente à verdadeira realidade - dentre elas apresentou imenso destaque a teoria do "Mínimo Ético", que determinava ser o Direito uma parte da moral dotada de maior eficácia pela sanção jurídica. Consoante o jurista alemão Georg Jellinek, 1851-1911, "o direito não é nada além do mínimo ético" - foi a teoria de então. Assim, poderíamos dizer que Direito e Moral, graficamente, estariam representados por duas circunferências - a Moral corresponderia ao círculo maior, tendo em seu interior uma circunferência menor correspondente à realidade jurídica. Tal teoria foi totalmente rechaçada pela dos "Círculos Secantes", onde Direito e Moral entrelaçam-se profundamente, sem, no entanto, haver subordinação. Hoje a doutrina é uníssona no sentido de que a ciência jurídica existe realmente como ciência, amplamente provada, não dependendo de outras

para existir, sequer subordinada. Nesse momento, os doutrinadores fixaram um ponto importante de referência: a existência de uma área específica. O golpe derradeiro nas antigas e obsoletas teorias foi dado por um gênio, verdadeiro mestre do Direito chamado Hans Kelsen, nascido em 1881 em Praga (Império Austro-húngaro) e falecido em Berkeley (Estados Unidos) em 1973, que apresentou o Direito com realidade específica. Na segunda década deste século, a ciência jurídica era subjugada por psicólogos, sociólogos, políticos, economistas, religiosos e estudiosos da moral, todos dizendo que o Direito dependia de uma destas áreas; Kelsen apresentou ao mundo uma obra com o título "Teoria Pura do Direito", onde se efetuou um movimento de "purificação" da realidade jurídica. O mestre de Viena dizia que o Direito deveria ser analisado com olhos de jurista, afastando qualquer dependência de moral, psicologia, economia ou religião; o mundo jurídico, do ponto de vista analítico, jamais seria objeto dos erros do passado, tendo sofrido a necessária transformação - agora o jurista vê e luta pela ciência do Direito. Hans Kelsen, através de seu pensamento e sua obra já citada, constitui a mais grandiosa tentativa de fundamentação da ciência do Direito como ciência, que até o momento conhecemos - sua teoria, às criticada, é simplesmente superior em relação às outras doutas opiniões.

## 6. MULTIPLICIDADE DO DIREITO FACE ÀS NOVAS EXIGÊNCIAS

Embora a realidade jurídica seja una, há de ser feita uma consideração - a ciência jurídica tem por missão estruturar a sociedade, proteger bens e valores e eliminar, em termos plausíveis, conflitos havidos no seio da sociedade, em qualquer de suas áreas. Assim, à evidência, as regras e parâmetros dessa ciência necessariamente tocam nos diversos pontos sociais; o autor, jurista de nomeada, Miguel Reale diz em sua obra Lições Preliminares de Direito, editora Saraiva, 21a. edição, revista e aumentada em 1995 que o universo do Direito tem semelhança com a figura mitológica do rei Midas - este em tudo que tocava obtinha ouro. O Direito também é assim - em tudo que tem necessidade de tocar, obrigatoriamente transforma em jurídico, pois é o último respaldo garantidor de proteção às pessoas e seus valores. Necessariamente, mescla-se ao contexto social - a moral, a medicina, a religião, a ciência contábil, enfim tudo, quando necessário, será jurídico. A tendência do mundo jurídico foi a especialização: para a família, o casamento, o contrato, a obrigação, a sucessão de bens etc. veio o denominado Direito Civil; para o mundo dos crimes e das penas, surgiu o Direito Penal; para o mundo trabalhista, surgiu o Direito do Trabalho; numerosas divisões foram surgindo e outras desaparecendo, diante do fato de tornarem-se anacrônicas, fora da realidade. Exemplo: o Direito Civil transformou-se frente à sociedade moderna e afastou, no Brasil, coisas como "cabeça de casal", e a incapacidade relativa da mulher, coisas hoje ignóbeis; é a submissão do Direito à realidade contemporânea, pois seria inadmissível uma ciência plausível sem submeter-se à época, à realidade, à verdade dos fatos; parcialmente o Direito Civil renova-se

eliminando coisas e valores já mortos. Noutro lado, o mundo atual impõe o surgimento de nova área jurídica, que até o presente momento sequer os juristas encontraram nomenclaturas, usando "Direito de Informática", "Direito da Informática" e até "Direito e a Informática". Mas um dado é colecionado no universo jurídico: há um tremendo dinamismo nesta área determinado pela mesma qualidade vinda da sociedade; muda a sociedade, mudam os comportamentos e o Direito é um "mutante", qualidade que possibilita a sua sobrevivência como coordenador dos padrões sociais. Toda a multiplicidade do Direito deve ser vista num quadro chamado, didaticamente, Ramos do Direito, ou Quadro Geral das Disciplinas Jurídicas - assim vem o Direito Natural, o Positivo, o Público, o Privado, o Nacional ou Interno, o Internacional, o Constitucional, o Tributário, o Penal, o Civil, o Comercial e um sem número de outras divisões - todas denominadas Disciplinas Jurídicas. Só que agora, o desafio que o Direito enfrenta é muito grande, posto que, se não superar a problemática humana do presente e do futuro, que esperam uma resposta adequada, sem dúvida será condenado ao ostracismo das prateleiras e da inutilidade. De modo fantástico, Genoma quer dizer uma coleção de genes com as instruções para produzir um ser humano e este projeto condicionará a Medicina nos próximos anos. Qual será a resposta do Direito diante de tamanha perfeição atingida pela Ciência Genética? Será possível, do ponto de vista ético-jurídico, a criação apenas de seres humanos geneticamente perfeitos?

## 7. COMPLEMENTARIDADE DO DIREITO

Embora a especialização em áreas seja inevitável, todas elas procedem de um mesmo tronco. Em razão, há entre elas traços de imensa compatibilidade. Todas possuem princípios oriundos de um mesmo cerne: seja o Direito Civil, o Internacional ou o da Informática. No Brasil, a característica dessa unidade é extremamente acentuada porquanto nosso Direito Constitucional procede de uma constituição rígida que vincula todas as áreas jurídicas, havendo entre elas profundo entrelaçamento e alto grau de dependência da lei maior. Exemplo: o artigo 5º da referida Constituição explicitamente traça parâmetros rígidos, intransponíveis às demais áreas do Direito; o artigo 226, dentro da temática "família, criança, adolescente e idoso" claramente direcionou regras e valores ao Direito Civil. Tudo pode ser concentrado na idéia de complementaridade do direito, onde as disciplinas se entrelaçam complementarmente. Dessa forma, sempre encontraremos uma unidade para o Direito, como ciência social jurídica. Determinados assuntos, às vezes, tocam mais de uma área, como é o caso, por exemplo, de um homicídio - que fere regras religiosas (não matar), morais, éticas, sociais e jurídicas; de outra parte, um casamento também alcança vários campos, mas tais assuntos pertencem, na verdade, à realidade do Direito. Tudo entrelaçado numa complementaridade. Quando chegamos a uma época na qual a complexidade humana desaparece com o seu próprio mapeamen-

to, como ficará o Direito ? Por quais mutações inevitáveis terá que passar, para não se transformar num ressequido conjunto de normas positivadas no tempo e no espaço ? Na verdade, o Direito, arrastado pela Medicina e pela Ciência Genética, irá conhecer outros limites...

## BIBLIOGRAFIA

DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*. São Paulo: Saraiva, 1998.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*

REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. São Paulo: Saraiva, 11<sup>a</sup>, 1986.